



GOVERNO MUNICIPAL DE MARACANAÚ – CEARÁ
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROCON MARACANAÚ

DADOS DO ATENDIMENTO

Número do Acompanhamento: 26.08.0564.001.00028-3

Data/Hora de Abertura: 10/08/2026 às 12:17:13

Credenciada: Procon Municipal de Maracanaú - CE

Posto de Atendimento: Procon Municipal de Maracanaú - CE

Técnico do Atendimento: ALINE XIMENES DE SOUZA

Origem do Atendimento: Presencial

DADOS DO CONSUMIDOR

Nome do Consumidor: SARAH BEATRIZ SOUZA PINTO

CPF do Consumidor: 094.990.193-83

DADOS DO(S) FORNECEDOR(ES)

Nome Fantasia	Razão Social	CNPJ/CPF	Número de Atendimento
MC CURSOS PROFISSIONALIZA NTES LTDA.	MC CURSOS PROFISSIONALIZA NTES LTDA.	19.450.827/0001-25	26.08.0564.001.00028-301

DADOS DA RECLAMAÇÃO

Como Comprou/Contratou: Loja física

Área: Educação

Assunto: Cursos Livres

Problema: Cobrança indevida / abusiva para alterar ou cancelar o contrato

Relato:

Relata a consumidora que visualizou, nas redes sociais, anúncio da empresa CEBRAC referente à oferta de curso gratuito. Afirma que, após comparecer ao estabelecimento, foi-lhe oferecida a contratação de curso na área administrativa, mediante o pagamento da quantia de R\$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais), a ser quitada em 22 (vinte e duas) parcelas.



GOVERNO MUNICIPAL DE MARACANAÚ – CEARÁ
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROCON MARACANAÚ

Alega que, durante a contratação, o vendedor informou que, ao aderir ao curso, teria grandes chances de conseguir uma oportunidade de emprego, tendo, inclusive, afirmado que a consumidora conseguiria emprego no prazo de aproximadamente 03 (três) meses. Afirma, ainda, que questionava reiteradamente a empresa acerca do curso gratuito inicialmente anunciado.

Informa que, no mês de agosto de 2026, solicitou o cancelamento do curso, ocasião em que foi informada de que deveria arcar com multa rescisória correspondente a 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato.

A consumidora manifesta discordância quanto à referida cobrança, alegando não possuir mais interesse na continuidade do curso e que a contratação teria sido realizada em razão das informações prestadas pelo vendedor acerca da possibilidade de obtenção de emprego, inclusive no prazo informado, bem como da oferta inicial de curso gratuito.

Diante da ausência de solução junto à empresa reclamada, buscou este órgão de proteção e defesa do consumidor, visando à intermediação da demanda.

Pedido: Requer a consumidora o cancelamento do contrato, com o abono da multa rescisória.

TRATATIVAS

10/08/2026 - **Audiência**

Situação: Aberta